



As ministras Daniela Teixeira (STJ), Vera Lúcia Santana (TSE) e a senadora Leila Barros (PDT-DF) participaram do evento, promovido pelo **Correio** para comentar medidas civilizatórias e ações efetivas de combate à violência doméstica

# Luta para evitar mais mortes

» LUIZ FELIPE ALVES  
» JULIA SIRQUEIRA  
» LETÍCIA MOHAMAD

**A** ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), iniciou seu discurso se referindo a todas as convidadas e organizadoras do evento pelo nome, como uma forma de respeitar as mulheres por serem mulheres, e não apenas por ocuparem um cargo importante. "Eu chamei vocês pelo nome e não pelo cargo porque, aqui, não somos empresas e não somos títulos. Somos irmãs da mesma dor, e faltam muitas outras mulheres que foram mortas. Estamos aqui para tentar evitar que elas morram ainda mais", disse.

Ela destacou que o principal foco, estando à frente do STJ, não é a pena que o criminoso irá encarar. "Pouco me importa a pena que esse infeliz irá pegar, ele já matou a mulher. Não adianta saber se ele vai ficar 10, 20 ou 40 anos preso. Em 70% dos casos, ele se suicida em seguida", comentou. "A lei penal que é adotada não tem a mínima serventia para esse agressor, porque ele se suicidou, ele não será punido. E aqueles que não se mataram, ignoram a pena", acrescentou.

A ministra comentou que a pena que precisa aumentar é a das agressões iniciais, uma vez que as longas, após a morte da mulher, não se mostram efetivas. "A pena que tem que sofrer aumento são as referentes aos primeiros sinais de violência, como em caso de ameaças. Ninguém vai preso por ameaça, nesse momento que se inicia o ciclo de violência", exemplificou.

## Força política

Ministra-substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo defendeu que o combate à violência de gênero passa, obrigatoriamente, pelas urnas e pela ocupação qualificada de espaços de poder. Durante o *CB Debate* "Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos", a magistrada enfatizou que o enfrentamento ao feminicídio exige iniciativas políticas reais. "É fundamental que a gente qualifique quantitativa e qualitativamente a representação das mulheres na vida política, partidária e institucional. Precisamos eleger defensoras que assegurem a nossa vida", afirmou.

Para Vera Lúcia, a proteção feminina não pode ser um projeto passageiro de gestões específicas, mas um compromisso permanente que ignore trocas de governo. Ela ressaltou que a construção de uma política do Estado é o único caminho para garantir a plenitude da cidadania e evitar o desmonte de equipamentos públicos de acolhimento. Ao avaliar o papel do Judiciário, destacou que, embora

existam mecanismos para punir fraudes em cotas de gênero, a eficácia das ações preventivas depende de uma engrenagem que vá além do rigor da lei.

Nesse sentido, a ministra trouxe, como exemplo, uma reflexão acerca dos limites do sistema punitivista. Mesmo com condenações que podem chegar a 40 anos, ela questiona o foco exclusivo no aumento de penas enquanto os índices de morte não recuam. "A gente tem uma veiculação maior, o que dá dimensão social ao debate, mas as mulheres que morreram vão continuar mortas. O que a gente faz? Onde estamos errando?", indagou, pontuando que "nada traz de volta aquela mulher", independentemente do tempo de prisão do agressor.

A ministra enfatizou que o ano de 2026 será decisivo para consolidar a democracia por meio de uma representação feminina comprometida. Segundo ela, é preciso superar as barreiras das fake news e do descompasso salarial para garantir a dignidade das candidatas e eleitoras. "Nós não podemos somente ser eleitoras, mas também candidatas. Precisamos eleger mulheres que se comprometam com a nossa dignidade", convocou, instando a sociedade a fiscalizar ativamente a execução das verbas e equipamentos públicos.

A "educação para a paz" seria, segundo a ministra, uma resposta civilizatória, visto que a solução não passa apenas pelo Estado ou pelo incremento do sistema penal. Para ela, o debate promovido pelo **Correio** no início do ano é um passo crucial para despertar a responsabilidade coletiva. "Precisamos educar para a coexistência e para o respeito", concluiu.

## Mais recursos

A senadora Leila Barros (PDT-DF) destacou que, apesar dos avanços no campo legislativo, o país ainda falha em transformar leis em proteção efetiva, especialmente pela ausência de prioridade orçamentária e de execução das políticas públicas.

A senadora afirmou que o combate à violência de gênero não depende de um único poder e que a atuação do Legislativo enfrenta limites quando não há compromisso do Executivo. Segundo a senadora, a aprovação de leis precisa ser acompanhada de recursos capazes de fortalecer a rede de acolhimento. "A lei existe, mas sem orçamento ela não se sustenta. Um poder sozinho não resolve", disse.

Ao citar dados recentes, a parlamentar chamou atenção para o contraste entre a queda dos crimes patrimoniais e o crescimento dos índices de estupro, assédio e feminicídio. Para ela, os números revelam uma lógica de proteção desigual no país. "O Brasil aprendeu a proteger patrimônio, mas ainda não aprendeu a proteger mulheres",

Ed Alves CB/DA Press



**Não somos empresas, não somos títulos. Somos irmãs da mesma dor, e faltam muitas outras mulheres que foram mortas"**

**Daniela Teixeira, ministra do STJ**

Ed Alves CB/DA Press

**Nós não podemos somente ser eleitoras, mas também candidatas. Precisamos eleger mulheres que se comprometam com a nossa dignidade"**

**Vera Lúcia, ministra do TSE**



Ed Alves CB/DA Press



**O Brasil aprendeu a proteger patrimônio, mas ainda não aprendeu a proteger mulheres"**

**Senadora Leila Barros (PDT-DF)**

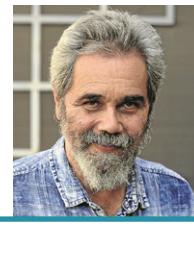
afirmou, ao lembrar que quatro mulheres são assassinadas diariamente no Brasil.

Leila citou avanços legislativos construídos a partir de demandas reais, como a tipificação do crime de stalking, da qual foi autora, além de alterações na Lei Maria da Penha e da adoção de tornozeleiras

eletrônicas com alerta automático. Segundo ela, nenhuma dessas medidas funciona de forma isolada, e o enfrentamento à violência exige uma atuação integrada entre Estado e sociedade.

A parlamentar reforçou que enfrentar a violência contra a mulher exige coragem

coletiva — dos governantes, do sistema de justiça e da sociedade — para romper o silêncio, priorizar recursos e agir antes que a violência chegue ao extremo. Para Leila, aceitar a naturalização dessas mortes é uma forma de convivência com um problema que ainda ceifa vidas diariamente.



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

## Questão urgente

"Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos." Sob esse título, o **Correio** promoveu um debate que responde a uma demanda urgente e inadiável. A cada notícia de feminicídio o sentimento de indignação irrompe mais forte. "Enquanto debatemos, mulheres continuam morrendo", disse a senadora Leila Barros, que

cobrou coragem do poder público para combater a violência de gênero.

É importante ouvir quem ampara, pesquisa, defende, protege, reflete e formula políticas públicas para o problema. A professora Janaína Penalva afirma que não adianta exigir que as mulheres denunciem, pois, para que isso aconteça, são necessárias condições imprescindíveis, das quais nem todas dispõem. Uma delas é a independência financeira e a outra é a confiança nas instituições. Os fatos revelam que as iniciativas são insuficientes e não alcançam todas as mulheres.

Enquanto isso, a juíza de direito e

coordenadora da Coordenadoria da Mulher do TJDFT, Fabriziane Zapata, destaca que, apesar da revolta despertada a cada tragédia contra as mulheres, existe um esforço de algumas instituições. Não é razoável alardear que as mulheres estão completamente desprotegidas. Isso só vai priorizar a situação. Na verdade, elas contam com uma rede de proteção que pode ser acionada. E o fato é que muitas mortes foram evitadas em razão do trabalho de organização, articulação e parcerias entre instituições.

E, quanto à mídia, ela observa que é preciso o mesmo cuidado. Repetir uma

notícia sobre violência mil vezes nem sempre leva a uma conscientização. Enfatizar a educação sobre os direitos e os canais de proteção é mais produtivo. Além disso, existem muitas frentes de luta: o submundo da internet, que deforma a imagem das mulheres, sedimenta estereótipos e dissemina a misoginia e os valores de ódio que alimentam a violência. É algo que reclama uma regulação imediata.

Não devemos nos conformar que certas mazelas ou tragédias sociais sejam insanáveis e insolúveis. Elas têm solução. No caso do feminicídio, a solução é complexa, envolve uma infinidade de aspectos, como

ressaltaram as participantes do evento de maneira quase que unânime. Há iniciativas que só surtirão efeito a médio ou longo prazo.

Mas existem ações que contribuiriam para avançar no combate ao problema. É preciso que a indignação se transforme em políticas públicas, qualificação de agentes públicos, ampliação da rede de proteção, educação contra a violência de gênero e comprometimento de todos contra essa tragédia social. Quando morre uma mulher, morre uma filha, uma mãe, uma avó. Nós somos intolerantes com trivialidades e tolerantes com coisas inaceitáveis.